



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

DE BRASÍLIA A ABUJA: A CONSTRUÇÃO *EX-NIHILO* DE UMA NOVA CAPITAL FEDERAL PARA A NIGÉRIA COMO SIMULACRO POSSÍVEL DE UNIDADE NACIONAL

DILTON LOPES DE ALMEIDA JÚNIOR¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo rememorar os processos de construção da futura capital nigeriana, Abuja, a partir da sua relação com outra cidade construída *ex nihilo*, Brasília. Para tanto, primeiramente buscamos entender o contexto de inauguração da capital brasileira que acontecia no mesmo ano de independência da Nigéria e da sua libertação da condição de colônia britânica. Em seguida, em meio a rememorações dos recorrentes golpes de Estado na Nigéria, nos cercamos das primeiras de construção de uma nova cidade capital como tentativa de consolidar a cidade como um simulacro de unidade nacional mediante a instauração de um território neutro aos conflitos étnicos e religiosos que abalavam o país e que podem ser considerados resquícios do modelo de colonização britânico. A seguir, apresentamos um primeiro esboço de projeto não construído, datado de 1976, para a cidade com autoria de Lucio Costa, mesmo arquiteto-urbanista responsável pela concepção de Brasília. Ademais, nos aproximamos do Master Plan para o Território da Capital Federal (TCF) e para a Cidade Capital Federal (CCF) datado de 1979 e de autoria de vários arquitetos e escritórios de urbanismo de distintas nacionalidades. Escolhemos apresentar ainda, o projeto do arquiteto japonês Kenzo Tange para o complexo da Assembleia Nacional como um modo de explicitar os impasses, conflitos e limitações encontradas na construção de Abuja diante das instabilidades políticas na Nigéria. Por fim, ao aproximarmos as duas cidades capitais, tomamos alguns questionamentos a partir de seus projetos de cidade e nação pautados sobre a tabula rasa e o imaginário moderno como breves considerações finais.

Palavras-chave: urbanismo africano, novas cidades, movimento moderno em arquitetura e urbanismo, urbanismo brasileiro.

Eis, então, que surge a ideia de se criar uma nova capital precisamente para esse Brasil que já superou a fase de oásis. Mas como? Pelo velho processo das "tomadas de posse" da terra quase simbólicas, pelas implantações maciças de civilizações e dominação mecânica de um solo despovoado, solitário, por uma técnica importada. [...] A sabedoria de Lucio Costa consistiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, e, evitando toda solução de meio termo, ou eclética, decidir resolutamente pelo lado inexorável, dadas as condições objetivas imediatas: o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da expediência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz, ou numa

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU-UFBA, bolsista FAPESB. É membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano e pesquisador da Cronologia do Pensamento Urbanístico. Email: dilton.lopes.arq@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

evocação mais moderna e otimista, fazendo pousar docemente sobre sua superfície a forma de um avião. **Mário Pedrosa**, 1957.

Em 21 de Abril de 1960, no dia anterior ao que se convencionou comemorar no Brasil como a data do “descobrimento” de suas terras pelos colonizadores portugueses, Brasília era inaugurada como a nova e moderna capital federal brasileira. Consequência de um concurso de projeto cuja proposta vencedora² de desenho urbano ficou a cargo de Lucio Costa e suas arquiteturas desenvolvidas por Oscar Niemeyer, a cidade fora edificada *ex-nihilo* no ponto mais alto do planalto central do país e em apenas três anos. Sua construção talvez seja, ainda hoje, um dos exemplos mais canônicos de projeto urbano moderno desenvolvimentista realizado no mundo. A cidade considerada como um monumento do movimento moderno paradoxalmente não emergira nos contextos de países eurocêntricos onde o campo de discussões sobre a arquitetura moderna fora estabelecido desde a década de 1920 com a fundação dos CIAM's³ (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Despontava em um país da América do Sul que almejava em ascender a um novo imaginário de franco desenvolvimento industrial modernizador, que resolvera colocar

2 Rememoramos o controverso pronunciamento dos vencedores do concurso para o Plano Piloto de Brasília. Diferentemente de todos os demais candidatos que apresentaram projetos e ante-projetos completos, Lucio Costa venceu o concurso com apenas um memorial descritivo do plano. Sobre o fato, a pesquisadora Aline Moraes Costa nos diz: “O arquiteto Paulo Antunes Ribeiro não concordou com o processo de avaliação dos projetos apresentados, anexando seu voto em separado à ata final da comissão julgadora do concurso de Brasília. Ribeiro expôs sua contrariedade alegando irregularidades na seleção dos planos, feita num tempo recorde de dois dias e meio, onde nem sequer os memoriais descritivos haviam sido lidos. Dos 26 trabalhos apresentados, foram escolhidos 10 deles. Para amenizar sua insatisfação, Ribeiro sugeriu a formação de uma só equipe com os autores desses 10 projetos pré-selecionados, acrescentando-se a eles um décimo-primeiro plano, o dos arquitetos Joaquim Guedes, Liliansa Marsicano Guedes, Carlos Millan e Domingos de Azevedo, para a elaboração de um novo projeto. Essa proposta foi negada pelos outros participantes do júri”. Sobre o concurso, sugerimos ver ainda “O concurso de Brasília” (BRAGA, M. São Paulo: Cosac Naify, 2010) e também sobre o concurso e outros projetos para Brasília sugerimos ver “Projetos para Brasília 1927- 1957” (TAVARES, J. Brasília: Iphan, 2014).

3 Os CIAM constituíram uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna europeia, a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do design no início do movimento. Entre a Declaração de La Sarraz de 1928, e o último Congresso, realizado em Dubrovnik em 1956, os CIAM passaram por etapas distintas de desenvolvimento. O CIAM IV ainda hoje é tomado pela História corrente como um dos mais importantes momentos de consolidação da discussão moderna em arquitetura e urbanismo. É resultante desse congresso a produção de um documento que comunicasse as prerrogativas acerca da Cidade Funcional travadas durante o evento. As propostas presentes nas distintas versões da Carta consistiam em um manifesto sobre os problemas das cidades modernas e de propostas para a “correção” dessas condições, agrupadas sob quatro categorias ou funções principais: trabalho, habitação, circulação e lazer.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

em prática os desejos mudancistas de transposição da capital federal do Rio de Janeiro para um novo sítio⁴.

A concepção da construção de Brasília partia da ideia de um progresso técnico funcionalista e de uma ideia de pureza, sobretudo de uma pureza formal, arquitetônica e urbanística como um simulacro a demonstrar a superação de seu passado colonial, escravagista, rural e de economia calcada na agropecuária. A sua inauguração significava a refundação de um novo país e a sua elevação às novas redes de economia mundial e de desenvolvimento industrial e urbano modernos. O arquiteto e antropólogo brasileiro, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1979), sugere-nos que a construção de Brasília tenha funcionado para o país como um imenso espelho mágico treinado para responder sempre que não houvesse nada mais belo:

[...] a cidade havia sido feita para filtrar o que houvesse de feio ou desagradável [...] na expurgação do que era inaceitável no caráter nacional: seríamos belos, porque nos queríamos belos. Um espaço concebido racionalmente não daria lugar às fealdades de nossa sociedade e mostraria os antídotos para lidar com elas. (apud. JACQUES, LOPES, 2017, p.475)

Passados quase 400 anos de colonização portuguesa estabelecida a partir de um regime de assimilação e expropriação de economia patriarcal e escravocrata, a construção da cidade Brasília, em efígie, prospectava para o país a suplantação de seu próprio passado, sobrepujando-o a uma nova concepção de nação e nacionalismo. Com Benjamin Moser (2016, p.22) entendemos que “[...] o atraso aparentemente incorrigível do país, sua dolorosa carência de desenvolvimento econômico, sua vergonhosa irrelevância geopolítica: tudo seria varrido por uma metrópole estonteante erguida nos altiplanos de Goiás”. Indo nesse mesmo sentido,

4 Importante frisarmos que a ideia de mudança da capital não emerge com Juscelino Kubistchek, a narrativa mudancista aparece repetidas vezes desde a independência brasileira e durante todo o século XIX e início do século XX. Sobre essas narrativas, conferir parte do Capítulo 2 do livro: “Brasília: o mito na trajetória da nação” do psicólogo Márcio de Oliveira. Nesse tomo, o autor elencou 18 fatos históricos que contribuíram para a construção do discurso sobre a mudança da capital. São eles: a Inconfidência Mineira; a fundação do Correio Braziliense em 1808; as teses de José Bonifácio em 1821; as teses de Francisco Adolfo de Vannhagem em 1854, o sonho de Dom Bosco; o primeiro ato republicano: Art. 3 e a Comissão Cruls; projetos parlamentares nas primeiras décadas do século XX; Informação Goyana; o centenário da Independência; a publicação de A estrutura política do Brasil de Everardo Backeuser em 1926; O projeto do tenente-coronel Luís Mariano de Barros Fournier em 1926; a publicação de Brasília, cidade histórica da América por Theodoro Figueira de Almeida em 1930; a Constituição de 1934; a criação da Fundação Brasil Central por Getúlio Vargas em 1937; a Constituição de 1946; a desapropriação das terras do futuro Distrito Federal em 1946; a ação de Jeronymo Coimbra Bueno e por fim a criação das Comissões de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. (OLIVEIRA, M. de. 2005, p. 84-102).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Adrián Gorelik (2005) considerava Brasília como “[...] a realização da cidade mítica na representação cultural da modernidade latino-americana”:

[...] Porque na América Latina a cidade, como conceito, foi pensada como instrumento para se chegar a outra sociedade, precisamente uma sociedade moderna. O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para chegar ao desenvolvimento, não a sua consequência: a modernidade impôs-se como parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado. (apud. JACQUES, LOPES, 2017, p.473)

A cidade seria desse modo, ao mesmo tempo um simulacro para a modernidade nacional e também o seu principal e inexorável instrumento para alcançá-la. Por meio da tábula rasa e da edificação ex-nihilo, a narrativa mítica da construção da capital emergia a partir da “[...] estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernistas de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova.”(HOLSTON, J. (1993) 2010, p. 208). Podemos inferir ainda que essa reinscrição apontada por Holston não se eximiu de recalcar, soterrar, silenciar tudo aquilo que se considerou como necessário de ser apagado da própria memória de sua nova capital simulacro de um novo país. Sua construção acelerada demonstrou-se violenta e mesmo diante da expectativa mítica de superação das condições sociais passadas, podemos ver em inúmeros exemplos nos seus próprios canteiros de obras, a reprodução atualizada de processos de expropriação de mão-de-obra análogos ao modelo colonial e escravocrata brasileiro. As subseqüentes políticas de segregação urbana e expulsão para cidades satélites de uma massa populacional de operários que permaneciam em condições de vulnerabilidade social, terminam por reafirmar ainda mais esse paradoxo e nos revelam como a narrativa mítica da construção tornou-se justificativa para o processo civilizatório e modernizador:

Brasília surge neste imaginário em construção com uma perspectiva simbólica de conquista. [...] Esse aspecto é revelador do uso mítico que se fez da nova capital, inserida numa mitologia desenvolvimentista que enxergava um novo país a partir de sua industrialização prevista no Plano de Metas, ou seja, uma sociedade em que as diferenças sociais estariam sendo ultrapassadas por um desenho urbano original. (NUNES, 2004, p. 45)



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
 CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

É no mesmo ano de 1960, ano de inauguração de Brasília, que a Nigéria, o país mais populoso da África, tornava-se liberta de sua antiga condição de colônia britânica. O histórico de exploração e das disputas entre nações colonizadoras pelo domínio da costa norte do continente africano, região onde o delta do rio Níger se localiza, e pelo controle sobre o tráfico de populações escravizadas, entretanto, remontam à disputas desde meados do século XVII até o século XIX com a consequente hegemonia britânica. Com a Conferência de Berlim, em 1885 e a criação da Companhia Real de Níger no ano seguinte, a dominação britânica do território se efetivou sobre a Nigéria, transformada em protetorado em 1901 e por fim em colônia em 1914.

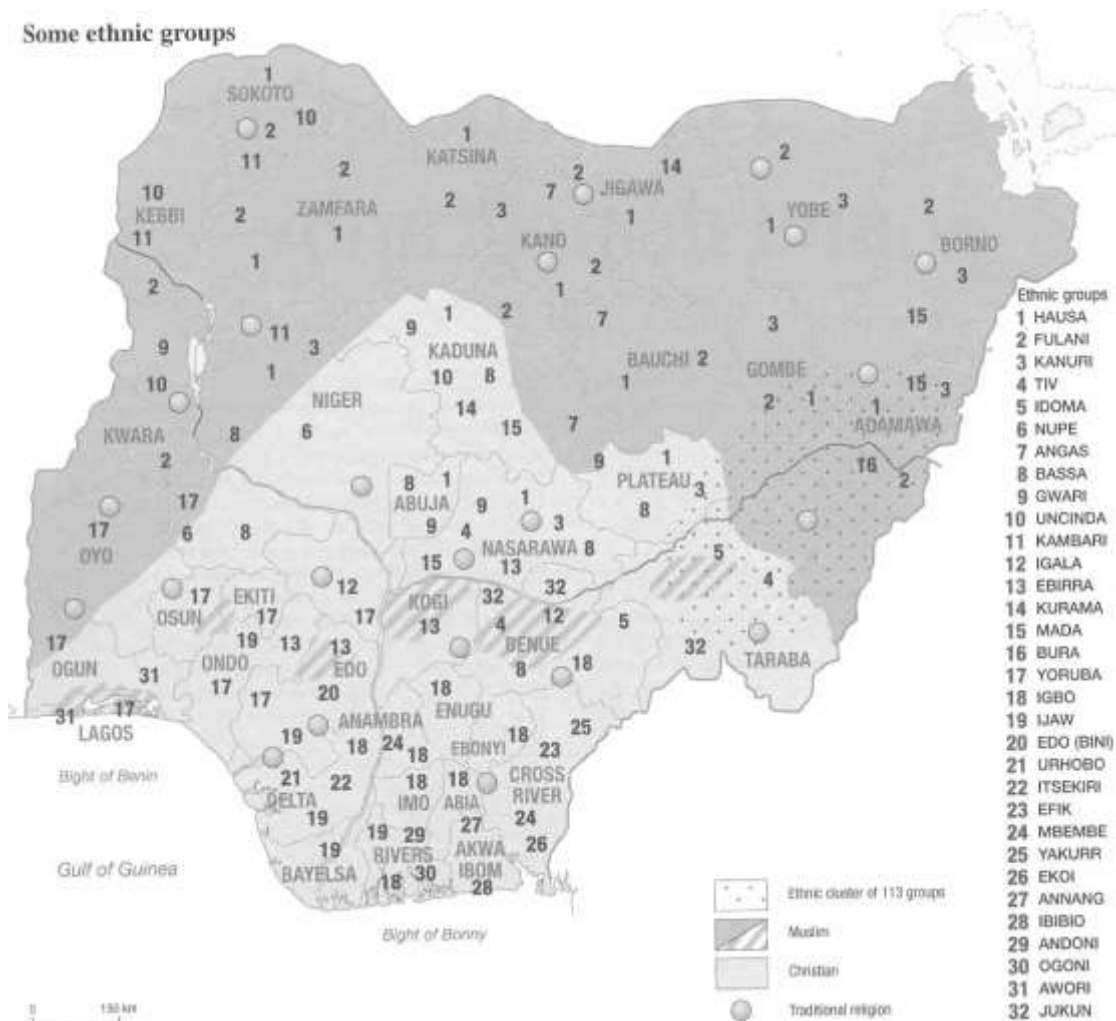


Fig. 01: Diversidade étnica e religiosa

Fonte: Atlas da Nigéria



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A Nigéria possui uma excepcional diversidade étnica em seus territórios, com mais de 250 grupos étnicos distintos e mais de 374 línguas e dialetos, com a região mais a norte de predominância islâmica e ao sul de religião cristã, como a Fig. 01 nos apresenta. Essa multiétnicidade e diversidade cultural foram devidamente controladas pela dominação britânica de modo a não tornarem-se obstáculos ao empreendimento colonial. Diferentemente do regime de colonização português que pautou-se pela assimilação⁵ da diversidade étnica-cultural, o modelo britânico de controle foi bastante definido em torno do que denominou-se "Divide and Rule Strategy" - estratégia de dividir e regular - como sendo:

[...] o esforço consciente de um poder imperialista para criar e/ou transformar em benefício próprio as diferenças étnicas, linguísticas, culturais, tribais ou religiosas dentro da população de uma colônia subjugada. [...] As quatro táticas básicas da estratégia de "dividir e regular" praticadas pelos colonialistas ocidentais são: 1) a criação de diferenças dentro das pessoas conquistadas; 2) o aumento das diferenças existentes; 3) a canalização ou exploração dessas diferenças para o benefício do poder colonial, e 4) a politização dessas diferenças para que elas se transfiram para o período pós-colonial. (MORROCK, 1973, p.129-130, tradução nossa)

Desse modo, como uma das principais consequências das estratégias implementadas pela colonização britânica, após a Independência definitiva em 1960 a pluralidade cultural e a diversidade religiosa serviram de fomento à disputa dos grupos étnicos pela tomada do poder diante da inexistência de uma unidade nacional comum de país. Emergem, entretanto, como uma possibilidade para a instauração de uma nova unidade nacional que reunificasse as divergências étnicas em torno de um caráter

⁵ Esta tese sobre o modelo de colonização português é defendida por muitos pesquisadores e ganhou reconhecimento através dos estudos sociológicos empreendidos por Gilberto Freyre, principalmente a partir da publicação de Casa Grande e Senzala em 1933 quando, durante o Estado Novo, construiu-se para o país narrativas nacionalistas que buscavam consolidar uma identidade nacional moderna. Sobre essas relações conferir: Gustavo Mesquita, Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade, 1 ed. São Paulo: Global, 2018. De todo modo, muitos intelectuais da cultura brasileira, como Bosi (1992) empreenderão severas críticas ao pensamento sociológico em torno da ideia de assimilação por acreditaram que essa operação historiográfica acaba por invisibilizar e silenciar os processos violentos de colonização brasileira. Sobre essas romantizações, Alfredo Bosi sugere-nos o risco de "[...] uma prudente retificação semântica dos termos como assimilação (Gilberto Freyre) e de expressões como processo de feliz aclimação e solidariedade cultural (S. B. de Holanda) quando se aplicam aos contatos entre colonizadores e colonizados. O uso desse vocabulário poderá levar o leitor menos avisado a supor que os povos em interação se tornaram símiles e solidários no seu cotidiano, ilustrado pelo seu regime alimentar, pelos hábitos sexuais, pelas técnicas de produção e transporte, etc.) Cf. BOSI, 1992, p.27)



**SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL**

federal, discursos desejosos da construção de uma nova capital, realocando a maquinaria estatal de antiga sua capital Lagos para um novo sítio. A construção *ex nihilo* de um nova capital serviria nesse contexto como “[...] um símbolo da aspiração da Nigéria por unidade e grandeza.” (FGN [1975] apud. IKOKU, 2004, p. 35, tradução nossa).

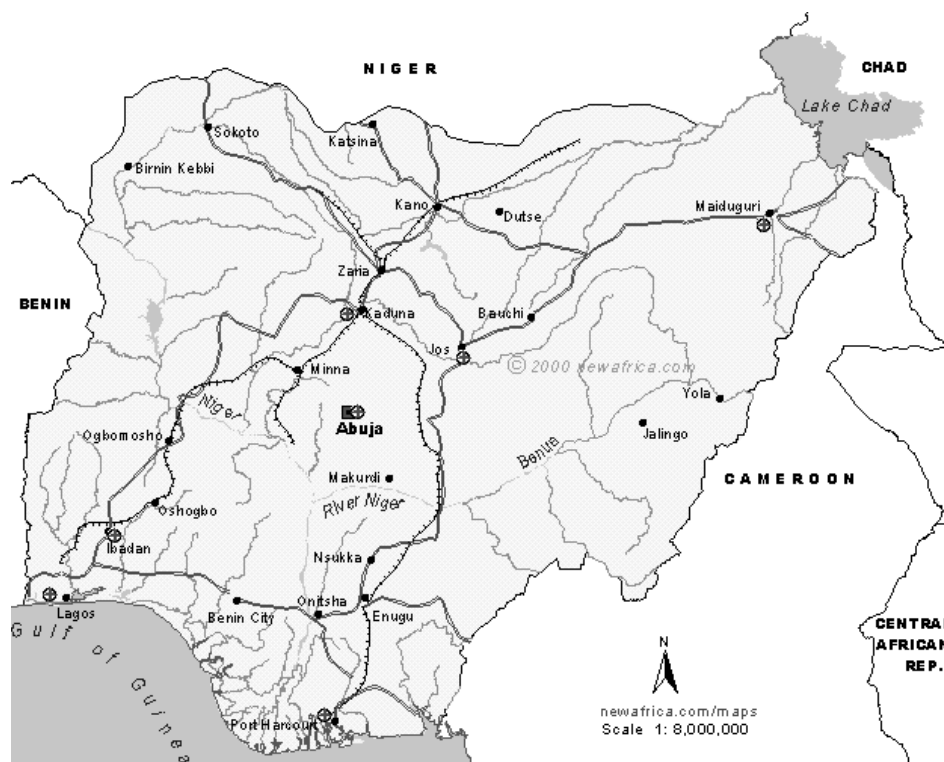


Fig. 02: Cidades grandes nigerianas, incluindo a nova e a antiga capital - Abuja e Lagos.
Fonte: NewAfrica.com

Como nos rememora Elleh e Edelman (2013), data-se de 15 de janeiro de 1966 o primeiro golpe de Estado nigeriano após a sua independência. O primeiro-ministro Abubakar Tafawa-Balewa é assassinado junto com diversos oficiais do governo federal e uma junta militar, com membros de ascendência dos antigos guerreiros da etnia Hausa, toma o poder e renomeiam a antiga Casa do Estado, na capital Lagos, para Dodan Barracks como uma forma de reafirmação de suas origens. Não tarda a acontecer um segundo golpe de Estado em julho do mesmo ano quando o Tenente Coronel Yakabu Gowan toma de assalto o governo. Essa junta militar permanece no poder até o ano de 1975, “[...] quando então, o General Gowon, o homem que liderou



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

o governo federal contra os rebeldes da etnia Biafran, foi derrotado. General Murutala Muhammed, o sucessor de Gowon, encabeçou movimentação da capital para Abuja através da sanção em lei de 1976.”(ELLEH, EDELMAN, 2013, p. 8, tradução nossa). Em 4 de Fevereiro de 1976, era estabelecido para a Nigéria um Território da Capital Federal - TCF - a futura Abuja na região mais central do país (Fig. 02) como:

[...] uma versão africana do Distrito de Columbia - um terreno neutro onde um “caráter federal” nigeriano seria desenvolvido para o bem de todos os nigerianos (Decreto nº 12, 1976; Constituição da República Federal da Nigéria, 1979). O governo tomou uma área de 8.000 quilômetros quadrados (aproximadamente 3088 milhas quadradas, que é mais do que o dobro do Estado de Lagos, ou cerca de 2 ½ vezes o tamanho de Rhode Island) de três estados habitados por minorias étnicas no centro do país, uma estratégia destinada a negar a qualquer estado a reivindicação do futuro Território da Capital Federal. Dentro do território, Abuja está localizada nas planícies de Gwagwa, no meio da Nigéria. A vegetação é predominantemente do tipo Savana, e sua alta altitude e numerosos morros conferem à região um clima agradável durante todo o ano, que foi uma das principais atrações que influenciou o comitê a selecionar o local (Decreto nº 12, 1976; Constituição Federal República da Nigéria, 1979). (ELLEH, EDELMAN, 2013, p. 3, tradução nossa)

Ainda em 1975, Murutala Muhammed havia criado um Comitê para locação da futura capital federal. Parte dos esforços desse comitê esteve a incitação ao debate público, com publicações nos principais jornais pedindo opiniões sobre o assunto de realocar a capital federal ou mantê-la em Lagos, buscando ainda as opiniões de agências não-governamentais, sindicatos, associações de arquitetura, engenharia, urbanismo e personalidades proeminentes no país (esses indivíduos eram da academia e de agências e departamentos do governo federal e estadual; os importantes governantes tradicionais do país - Obás, chefes, emires e conselheiros locais - também foram incluídos). O comitê visitou ainda todas as capitais dos 19 estados nigerianos para entrevista a chefes locais e autoridades federais, municipais, etc. Por fim realizou 14 cidades em 8 países diferentes que tiveram a experiência de realocar suas capitais



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

durante o século XX, passando inclusive por Brasília⁶. O comitê, liderado pela Alta Corte Federal de Justiça, Akinola Aguda, concluiu que uma nova capital federal dentre outras coisas:

1. melhoraria a segurança nacional da Nigéria;
2. melhoraria o desenvolvimento do interior da Nigéria;
3. incentivaria a descentralização da infra-estrutura econômica de Lagos;
4. melhoraria o desenvolvimento de uma cultura e indústria de construção nigeriana nativa (O'Malley, 1989);
5. a capital enfatizaria o fato de que a Nigéria havia emergido da Guerra Civil de 1967-70 (que levou mais de 1,7 milhão de vidas), um país mais unido, estável e confiante. (ELLEH, EDELMAN, 2013, p. 2, tradução nossa)

A construção da capital federal no centro geográfico do país, assim como Brasília, pouco a pouco foi-se tornando mais e mais familiarizada com sua função como uma moderna cidade administrativa de importância nacional e continental que se pretendia ser. O desenvolvimento da exploração petroleira que naqueles anos quadruplicava as receitas federais propiciava uma nova forma de pensar o desenvolvimento do país. Como nos aponta Ikoku (2004, p. 35), Abuja visava consolidar-se como:

- Sede do governo;
- Um lugar e um símbolo de unidade;
- Um caldeirão de diversas culturas da Nigéria, e um polo atrativo de diversos povos e nações;
- Um lugar de beleza física e um ambiente físico exemplar que permeou, não só a escolha do sítio, mas também o seu design e planejamento da capital.

É nesse cenário que no ano de 1976 Lucio Costa recebeu o convite dos escritórios italianos Nervi e Lott de propor a construção da nova capital da Nigéria. O arquiteto e urbanista brasileiro que havia projetado Brasília recebia agora a tarefa de imaginar uma futura capital para o país africano. Em suas palavras: " [...]uma tarefa tremenda,

⁶ As cidades visitadas incluíam: Mombassa e Nairobi, no Quênia; Livingstone e Lukaka, Zâmbia; Gaborone, Botswana; Dar Es Salaam e Dodoma, Tanzânia; Karachi e Islamabad, Paquistão; Nova Deli, Índia; Sydney e Canberra, na Austrália; e Rio de Janeiro e Brasília, Brasil.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

de fato. Mas, como cientistas e artistas bem conhecidos, a intuição e a experiência podem sempre reduzir os problemas de poderosas consequências intrínsecas a uma pequena fórmula ou esboço.”(COSTA, 1976). O projeto nunca fora executado, entretanto sua análise poderá nos fazer entrever as intenções que o arquiteto brasileiro se propôs a resolver.

A CIDADE CAPITAL IMAGINADA POR LUCIO COSTA

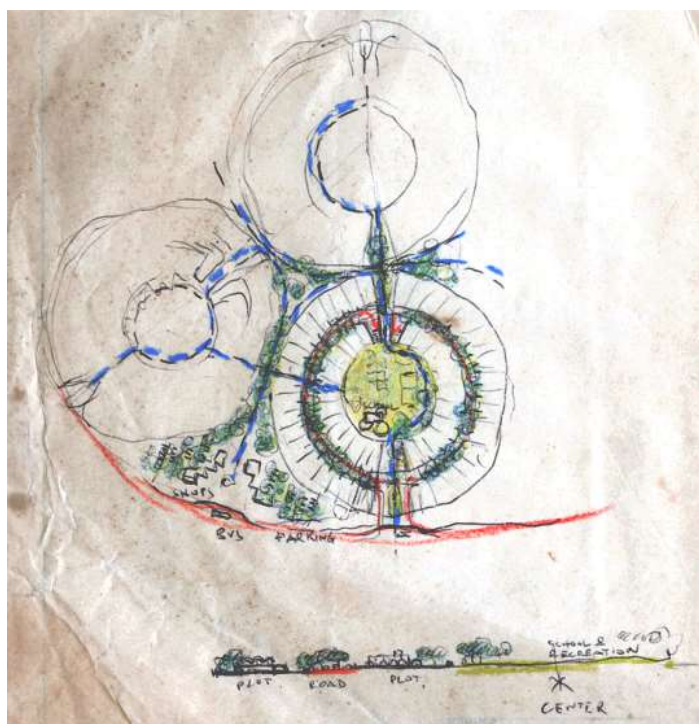


Fig. 03: Esboço da proposta de Lucio Costa para a cidade capital da Nigéria
Fonte: Acervo Lucio Costa, Instituto Tom Jobim.

A proposta urbanística de Lucio Costa para a capital nigeriana é apresentada de modo muito semelhante àquela desenvolvida para Brasília. Trata-se também de um memorial descritivo: *“Theoretical urban conception and regional grid scheme for the Capital City of the Federal Republic of Nigeria”*- Concepção urbana teórica e esquema de grelha regional para a capital da República Federal da Nigéria. No breve memorial, o arquiteto apresenta apenas um esboço à mão livre de suas ideias para a cidade, que apresentamos na Fig. 03. O discurso é majoritariamente construído por meio das



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

palavras que sintetizassem “[...] como uma grelha regional e um *master plan* deveria ser para uma cidade construída do princípio, para servir como uma cidade capital do Governo Federal da Nigéria, em uma região de 800 quilômetros quadrados e de 200 milhas aéreas de distância de Lagos.” (COSTA, 1976, tradução nossa). Apesar de atestar a complexidade da demanda, o texto se apresenta de forma bem resumida. Diz nos Costa (1976):

Isso de fato não exclui a enorme sobrecarga de tarefas. Simplesmente reduz-se o desperdício e o tempo e, deixando claras as intenções, ajuda- nos a colocar alguma ordem na mente daqueles que enfrentam o desafio e a responsabilidade. Então eu vou tentar declarar objetiva e francamente, de uma maneira direta, ou fato, o que a tal cidade deveria ser.

O memorial inicia assim, de forma extremamente descritiva, a pontuar as soluções imaginadas pelo arquiteto brasileiro. Diferentemente da proposta brasileira, Costa assinala que deveria se tomar os parâmetros hidrológicos e as possibilidades topográficas para priorizar acessibilidade da cidade tanto por rodovias quanto por ferrovias, garantindo estações de ambos os modais no centro da cidade. Da mesma maneira deveria ser pensado o aeroporto, que deveria estar localizado o mais próximo possível da área urbanizada da cidade, considerando-se as restrições de ruídos e proximidades envolvidos, os acessos das sedes governamentais e militares deveriam se dar de forma direta.

Basicamente a cidade imaginada por Costa seria estruturada a partir de três centros distritais contíguos e interconectados: **um centro administrativo e governamental**, devendo “[...] ter um caráter simbólico e, além disso, o desenho urbano e suas expressões arquitetônicas deveriam estar imbuídos de um senso de dignidade e comando.” (ibid. idem); **um centro de negócios**, que deveria, com o objetivo de se conectar com o centro administrativo e governamental, conter um centro de convenções com um hotel acrescido de todas as conveniências necessárias para o seu pleno funcionamento, o centro de negócios deveria abarcar edifícios de



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

escritórios, bancos, agências, estabelecimentos locais e estrangeiros concentrados em duas diferentes áreas com um grande espaço vazio no seu interstício margeados com lojas, restaurantes, cafés, cinemas, teatros, etc. - “[...] abrindo-se para largas calçadas e amplas avenidas, alinhadas por numerosas árvores de sombra, com águas enseadas e fontes, a fim de criar uma agradável e ativa conexão de compras e entretenimentos com o centro cultural” (id. ibid.); por fim o terceiro núcleo seria justamente o **um centro cultural e de entretenimento**, que compreenderia bibliotecas, teatros, um complexo de museus - etnologia, antropologia, arte, ciência e tecnologia - que poderia dar acesso ao campus universitário, instituição considerada de suma importância por Costa por garantir o desenvolvimento de bases e soluções apropriadas no que tange as decisões políticas, administrativas e técnicas de um país. As conexões e circulações seriam estabelecidas por amplos e contínuos espaços de estacionamento cobertos e pistas distintas deveriam ser providas para veículos coletivos e individuais por meio do que estabeleceu-se denominar “tráfego íntimo”, quando carros e pessoas coexistem de forma harmônica assim como pistas particulares para bicicletas e carretas e áreas para uso exclusivo de pedestres. Costa enfatizava a necessidade de o tráfego que margeava o conjunto urbano deveria ainda penetrar as áreas vazias entre os três centros de modo a estabelecer conexões com o tráfego local.

As áreas residenciais estariam dispostas ao redor do núcleo urbano e organizadas em largos blocos de edifícios de apartamentos. Diferentes tipologias deveriam ser propostas de modo a atender distintos padrões econômicos, entretanto cada bloco, soerguido do chão como os brasilienses, deveria contê-los de modo separado para evitar constrangimentos mútuos. Escolas primárias e secundárias, espaços de lazer e compras deveriam ainda ser atendidos em cada uma das zonas residenciais formadas por três ou quatro blocos cercados por densos jardins, espaços esses onde os habitantes de classes sociais distintas poderiam conviver.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

As áreas abaixo dos largos anéis residenciais seriam destinados à zonas militares, contíguas ao aeroporto, zonas industriais e áreas de provisão, servidas tanto pelas rodovias e ferrovias mas separadas das zonas de residências proletárias. Cada residência militar deveria ter um quintal privado com árvores além de que áreas de recreação, escolas de clubes e serviços médicos e sociais deveriam ser amplamente providos. Acima dos anéis, em ambos os lados, uma larga área verde e de parques deveria limitar todo os setores de áreas residenciais de classes médias e altas. Além disso essas áreas poderiam oferecer equipamentos de suporte ao esporte e lazer incluindo hipódromos, estádios de futebol, clubes de golfe, etc. Contíguo a isso, áreas para mansões de alto padrão poderiam existir e seriam admitidos, de acordo com as possibilidades hidrológicas, lagos e piscinas. Para além desses territórios, um outro anel regional deveria ser criado enquanto terrenos não edificáveis para garantir todo o desenvolvimento agrário que daria suporte à cidade.

Apesar de bastante coesa e de abarcar boa parte das necessidades para o desenvolvimento de uma nova cidade, a proposta de Lucio Costa apresenta-se desde o início de sua concepção distanciada da realidade espacial, geográfica e cultural da Nigéria. O seu manual descritivo de concepção teórica e o esquema para a grelha urbana regional parecem-nos ser aplicáveis a quaisquer outros sítios ou territórios dentro da própria Nigéria ou mesmo em qualquer outro país que por ventura desejasse edificar uma nova cidade. Isso se dá pelo gesto do próprio arquiteto em assumir a tábula rasa como *modus operandi* à edificação da cidade. Esse mesmo gesto se faz presente na concepção de Brasília, mesmo quando Costa demonstrasse assegurado por uma narrativa mítica nacional que fundamenta a construção da capital brasileira.

Apesar dos esforços do arquiteto, sua proposta para a cidade capital da Nigéria não se concretiza. Em 13 de fevereiro de 1976, o Coronel Murutala Muhammed é assassinado uma semana após a firma do decreto de implantação do Território da Capital Federal. Assume em seu lugar o então deputado General Olusegun



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Obasanjo⁷. As narrativas de realocação e construção da nova capital, Abuja, só voltam à pauta governamental em 1979, quando através de eleições diretas, a Nigéria elegeu o presidente Shehu Shagari.

Como nos lembra Elleh e Edelman (2013), as primeiras medidas tomadas pelo novo presidente eleito foram a alteração do nome Dodan Barracks e o retorno para o nome Casa do Estado, como fora originalmente definido após a independência britânica e o aceleração da realocação da capital e Lagos para Abuja, com previsão de inauguração para 1982. No ano de 1979, um Master Plan foi desenvolvido para o Território da Capital Federal. Sua concepção desde o início tornara-se um assunto internacional mediante o interesse mundial pela sua economia de petróleo. Assim estarão envolvidos na concepção do Master Plan profissionais, arquitetos e urbanistas de diferentes nacionalidades como Japão, Reino Unido, França, Grécia, Alemanha, Holanda e nos recentes anos China e Coreia do Sul.

O MASTER PLAN PARA ABUJA DE 1979

Com a ascensão do presidente eleito, Shehu Shagari, a construção da nova capital se tornava possível novamente. Lagos, que hoje apresenta uma população de cerca de 21 milhões de habitantes, no contexto do fim dos anos de 1970 já apresentava problemas de superlotação e falta de terra para expansão futura, bem como a existência de grave desigualdade social em Lagos e outras cidades coloniais da Nigéria devido à segregação residencial e infraestrutural baseada em raça e classe (Abu-Lughod, 1980, apud. ELLEH, EDELMAN, 2013, p.3). A inauguração de Abuja prevista para o ano de 1982 mostraria ao mundo que a Nigéria estaria definitivamente livre da colonização britânica e conquistaria uma unidade nacional, um caráter federal com o qual todos os nigerianos poderiam se identificar independente de sua origem étnica. Abuja ainda significava a ascensão do país a um novo mercado internacional

⁷ O General Obasanjo foi reeleito democraticamente como presidente civil em 1999 e em 2003, permanecendo no poder até 2007.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

em rede e demonstraria ao mundo os avanços econômicos calcados na exploração do petróleo. Os comitês de implantação da capital assessorados pela firma de consultoria em planejamento urbano americana, International Planning Association (IPA) acreditavam que a centralidade geográfica proposta para o Território da Capital Federal (TCF) era a “[...] incorporação física essencial das metas nacionais para a unidade (Master Plan para Abuja, 1979), porque simbolizava fisicamente a igualdade de acesso ao governo de todos os grupos étnicos, e que também fornecia ‘um foco de desenvolvimento equilibrado para a nação.’” (Ibid.).

Em princípio o Master Plan do Território da Capital Federal foi desenvolvido pela empresa norte americana Wallace, McHarg, Roberts and Todd Inc. O escritório desenvolveu todas as diretrizes para o TCF e definiu a localização da Cidade da Capital Federal (CCF) que foi posteriormente desenvolvida pelo arquiteto japonês Kenzo Tange. A cidade satélite e os sistemas de autopistas foram então desenvolvido pelo arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiades e por fim alguns dos distritos residenciais de reassentamentos foram projetados pelo britânico Milton Keynes.



Fig. 04: Modelo físico da área central de Abuja
Fonte: Master Plan de Abuja

A Cidade Capital Federal foi pensada para abrigar 3 milhões de habitantes, ou seja, quase seis vezes mais do que a quantidade original designada para Brasília. O Master



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Plan (Fig.04) dividiu o território em distritos: a “*The Three Arms Zone*”, Zona dos três braços; a “*Ministerial Zone*”, Zona ministerial; o Distrito comercial; Zonas diplomáticas e por fim zonas residenciais que foram pensadas para abrigar setores entre 200 mil e 250 mil moradores. Muitas cidades satélites foram previstas para serem construídas simultaneamente à CCF, talvez já incorporando as soluções que Brasília adotou ao longo dos anos, por não ter previsto habitações suficientes para os habitantes recém-chegados de baixo poder aquisitivo ou para os contrutores da capital brasileira. Elleh e Edelman chamam-nos a atenção para a proximidade formal e também das soluções adotadas do projeto utópico do arquiteto franco-suíço para a Cidade contemporânea de três milhões de habitantes, do ano de 1922. Nesse projeto Corbusier alocava as instações residenciais para a elite no interior das zonas centrais da cidade, enquanto as casas para grupos de baixa renda eram localizados nas áreas mais periféricas.

Isto está em contraste gritante com o grande objectivo social da igualdade de acesso que inspirou a criação de Abuja. As habitações pobres para os povos colonizados e a segregação baseada em classe e raça durante os tempos coloniais eram muitas vezes um importante ponto de discórdia entre as autoridades coloniais e as populações africanas que governavam. Alguém poderia imaginar que essas desigualdades sociais extremas seriam evitadas em Abuja, mas até agora não é o caso. Isso significa que as autoridades nigerianas que lideraram e supervisionaram o processo de planejamento em relação a Abuja não conseguiram captar textos críticos sobre políticas arquitetônicas coloniais na África (ELLEH, EDELMAN, 2013, p.3, tradução nossa).

Na área central da Cidade Capital Federal, Tange desenha a sua Zona dos três braços, encerrando os edifícios da Assembléia Nacional, o Palácio Presidencial e a Suprema Corte em um círculo de um quilometro de diametro e evoca, como nos aponta Elleh (2016), a Praça dos três poderes da capital federal brasileira, desenho de Lucio Costa. Há, entretanto, diversas diferenças entre os dois projetos



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

principalmente na escolha da localização das edificações no perímetro do anel rodoviário de um quilômetro enquanto em Costa o Palácio da República, o Palácio da Justiça e o Congresso estão nos vértices de uma praça cívica em formato triangular. A grande questão da Zona dos três brasões se refere à segurança, limitadas por cercas de controle todos os acessos ao complexo exigem a checagem e identificação das pessoas que acessam a zona.

Um dos pontos mais interessantes de estudo do desejo de criação de um caráter federal para a Nigéria em torno de uma unidade nacional está no projeto do complexo da Assembléia Nacional de 1978 designado também ao arquiteto japonês Kenzo Tange e que deveria ser o símbolo mais importante da nova capital. O arquiteto ao propor a Câmara dos representantes e o Senado da Nigéria deveria criar uma arquitetura que expressasse e ativasse o senso de democracia para todos os nigerianos. Interessante notar que a opção de Tange foi então a de viajar por várias localidades do país, visitando algumas das regiões de culturas étnicas distintas em busca de expressões dessas culturas que pudessem ser incorporadas na arquitetura de modo a democratizá-la ao tornar presente elementos e símbolos das diversas etnias nigerianas. Desse modo Kenzo Tange “[...] adotou motivos étnicos que são usados em decorações de parede, práticas rituais e têxteis para o desenho do complexo. Esses símbolos tradicionais são ícones com os quais a maioria dos nigerianos poderia se conectar aos prédios, independentemente das políticas que os governos subsequentes pudessem implementar.” (ELLEH, EDELMAN, 2013, p.4). O arquiteto identifica que na cultura construtiva nigeriana a ornamentação de paredes é um importante e fundamental aspecto de articulação arquitetônica entre os mais de 250 grupos étnicos distintos. No sul da Nigéria, por exemplo, a arte da decoração de paredes é descrita por meio da tradição uli, uma espécie de pigmentos obtidos por meios de sementes e é encontrado entre diferentes grupos de falantes de Igbo. “A tradição uli era empregada em muitas situações sociais, como na tomada de títulos, no casamento, nos serviços memoriais para os mortos e nos ritos de colheita, mesmo que os projetos em si raramente representassem situações humanas.” (Ottenberg,



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

1997 apud. ELLEH, EDELMAN, op. cit., p.5). A adoção e a combinação destas distintas expressões étnicas e culturais em elementos de ornamentações de parede dos edifícios era uma forma também de neutralizar as diferenças entre grupos étnicos. Ao dar relevância e visibilidade às tradições locais e aos motivos ancestrais dessas culturas, Tange buscava avivar um imaginário de união entre todas as etnias e religiões que eram presentes na Nigéria.

Ao evitar deliberadamente a arquitetura de qualquer grupo étnico específico, Tange conseguiu criar um vocabulário arquitetônico neutro com o qual muitos nigerianos pudessem se identificar, independentemente de sua afiliação étnica ou religiosa. Além disso, pode-se argumentar que, apesar de não adotar nenhuma afiliação religiosa, o design neutro de inspiração modernista de Tange atraiu as comunidades cristãs que o viam como o emblema da modernização e da nova civilidade de seu país. Se fosse esse o caso, as grandes comunidades muçulmanas, cujas afiliações sociais e culturais estiveram com os estados islâmicos do norte da África e do Golfo, provavelmente estavam indiferentes ao projeto de Tange, que indiretamente evocava o modernismo cristão euro-americano. (ELLEH, EDELMAN, op. cit.)

É sobretudo da observação das formas tradicionais nas construções africanas que Tange busca inspiração para o desenho do complexo da Assembléia Nacional, sobre essa forma diz-nos o arquiteto:

Ao projetar este monumento formal para uma nação, ficamos muito atraídos pelos tradicionais padrões nigerianos ou africanos primitivos. Formas triangulares podem ser projetadas em pirâmides e círculos. Os padrões compostos por esses elementos e os ziguezagues recorrentes são muito dinâmicos do ponto de vista do costume local. Essa é a razão pela qual os incorporamos em nossa linguagem de design (Tange apud. ELLEH, EDELMAN, op. cit., p.5, tradução nossa).

A versão primeira do complexo, que incorporava o formato triangular acima descrito, foi, entretanto, rejeitado pelas autoridades nigerianas. Tange optou então por uma forma de desenho circular em forma de cúpula que lembrava a cabana tradicional nigeriana e também um importante símbolo nacional para a Nigéria, o Aso Rock.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Apesar de aprovado, o projeto imaginado por Tange nunca será realizado porque no dia 31 de dezembro de 1983 um outro golpe de estado acontece e o presidente Shehu Shagari é deposto e uma junta militar, tendo como líderes o General Mohammed Buhari e o General Tunde Idiagbom, toma o poder. As instabilidades políticas na Nigéria e os recorrentes golpes de Estado acabam por alterar significativamente as concepções originais de Tange para o Complexo da Assembléia nacional ao longo dos anos. O edifício completamente modificado só foi inaugurado em 1999, quando o país estava sendo governado por outra junta militar, cujo líder do General Abacha era de origem da região mais a norte da Nigéria e de religião islâmica. A Assembléia Nacional inaugurada por Abacha havia substituído a cúpula proposta por Kenzo Tange por uma cobertura que remetia à cúpula de uma mesquita que foi projetada e construída na região mais ao norte da Nigéria em 1950 pelo Departamento de Obras Públicas, quando a Nigéria ainda era uma colônia britânica. “[...] Quando a cúpula de uma mesquita da era colonial aparece no prédio do Parlamento do país, isso levanta o alarme para muitos nigerianos cristãos e animistas do sul da possibilidade de que uma *intelligentsia* centrada no norte, muçulmana, militar e civil, à qual pertencia o falecido Abacha, dominaria a cultura política e artística da Nigéria.” (ELLEH, EDELMAN, op. cit. p. 5). A ideia de que a cidade e sua arquitetura seriam o instrumento para a instauração de uma unidade nacional por meio da ativação do caráter federal de seu território e edifícios subitamente é abalada e colocada em cheque. Ao alterar simbolicamente a forma arquitetônica do edifício e adotar a expressão de uma mesquita, o regime de Abacha de alguma maneira visou consolidar a dominação do norte muçumano sobre o sul quando da conquista nortista de realocação da antiga capital Lagos para a região central do país.

A cidade que emergia em discurso como a possibilidade de um simulacro nacional, reafirmando o compromisso federativo do país após a sua libertação da condição de colônia, transformava-se na expressão mais radical das tensões e conflitos étnico-religiosos da Nigéria. Para os líderes políticos do sul, Abuja significava agora o troféu da conquista do país pelo Norte de dominação muçumana. Essa tensão se dava



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

inclusive sob a ordem econômica quando os recursos provenientes da exportação do petróleo nas regiões costeiras do sul eram agora controlados pelo Estado de viés nortista. Apesar de nos questionarmos dos esforços do arquiteto japonês em neutralizar os conflitos de ordem étnica-religiosa a partir da arquitetura, nos é notório que a estrutura concluída por Abacha expõe de sobremaneira as tensões e embates políticos que dominaram a Nigéria em todo o seu histórico pós-independência.

Brasília, quatro anos após a sua inauguração havia se tornado uma estrutura propícia para a dominação do país pelos militares, que, por meio também de um golpe de Estado, instauraram uma ditadura de quase 30 anos de duração no Brasil. O crítico literário brasileiro, Roberto Schawrz (2012) nos rememora esse momento decisivo para a história do país:

Associadas na mesma aspiração de elegância, aí estavam a tecnologia francesa, a música popular brasileira e a arquitetura vanguardista de Brasília, como se o país inteiro estivesse a ponto de decolar. A euforia foi desmanchada em 1964 pelo golpe, um momento estelar da Guerra Fria, quando se uniram contra o ascenso popular e a esquerda, quase sem encontrar resistência, os militares pró-americanos, o capital e o imenso fundo de conservadorismo do país, tudo com ajuda dos próprios americanos. Como a posição de Caetano iria mudar pouco depois, é interessante citar a sua primeira reação, perfeitamente afinada com a esquerda da época: “[...] víamos no golpe a decisão de sustar o processo de superação das horríveis desigualdades sociais brasileiras e, ao mesmo tempo, de manter a dominação norte-americana no hemisfério”. Noutras palavras, ficava interrompido um vasto movimento de democratização, que vinha de longe, agora substituído pelo país antissocial, temeroso de mudanças, partidário da repressão, sócio tradicional da opressão e da exploração, que saía da sombra e fora bisonhamente subestimado. As desigualdades internas e a sujeição externa deixavam de ser resíduos anacrônicos, em vias de desaparecimento, para se tornarem a forma deliberada, garantida pela ditadura, do



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

presente e do futuro. No mesmo passo, para uma parte dos brasileiros a realidade acabava de tomar uma feição inaceitável e absurda.

A tomada de Abuja pelas juntas militares, assim como aconteceu Brasília, transformava a cidade agora em *locus* de um poder centralizador, dominador, violento e diametralmente oposto à tudo aquilo em que ambos os projetos de cidade visaram para o país em termos de unidades nacionais. Abuja passava então a simbolizar para a Nigéria uma oportunidade de controle da maquinaria estatal:

As forças armadas dominadas pelo norte queriam localizar o governo federal da Nigéria em um lugar onde ele se sentia seguro, e Abuja fornecia um refúgio seguro para esse propósito. Abuja era um centro estratégico que era explorado pelos regimes do general Babangida e do general Abacha com o propósito de controlar os recursos petrolíferos da nação e por despachar tropas para reprimir distúrbios em outras partes do país sempre que os militares se sentiam ameaçados e quando instalações de petróleo estavam sob ameaça por grupos subversivos. Como um canteiro de obras em andamento para infra-estrutura administrativa federal, Abuja também forneceu aos militares, oportunidades para o enriquecimento de seus oficiais superiores e principais apoiadores através da concessão de contratos de construção lucrativos. (ELLEH, EDELMAN, op. cit. p. 9).

BREVES CONSIDERAÇÕES

O projeto de construção de Abuja, assim como o de Brasília, apesar de não aparecer, deveria figurar nos manuais e livros de história da arquitetura e urbanismo como uma das principais obras modernas construídas no mundo. Se a história do movimento moderno consolidou-se sobre importação de modelos ou mesmo na narrativa de apropriação de expressões “primitivas” de culturas periféricas por parte dos artistas e arquitetos europeus⁸, ambas as cidades são exemplos de deslocamentos e viradas substanciais dessas mesmas narrativas. A edificações dessas duas cidades poderiam nos ajudar a construir uma virada historiográfica, uma mudança de paradigma

⁸ Destacamos a importante exposição realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York: "Primitivism" in 20th Century Art: Affinity of the Tribal and the Modern – Primitivismo na arte do século XX – afinidades entre o tribal e o moderno, em 1985. A exposição encontrava na obras de artistas modernistas, expressionistas e cubistas claras apropriações das artes africanas que circulavam pela Europa após as missões etnográficas e de conquista do continente africano. A apropriação de uma arte “primitiva” africana seria uma oportunidade de desvio para a situação da obra de arte na sociedade burguesa europeia.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

assentada sobre perspectivas descentradas e entendidas não mais como imitações dos modelos europeus, mas como realizações expressivas de culturas subalternizadas que tomaram para si o desafio de construção de seus próprios projetos de nação, apesar das agruras e consequências coloniais.

Achille Mbembe (2018) nos ajuda a pensar que a colonização europeia construiu o a África como um território propício para o novo, como um simulacro do vazio, povoado por habitantes selvagens e de culturas arcaicas e primitivas. A salvação do continente estaria a cargo, então, das nações colonizadoras que empreenderiam processos civilizatórios. Guardadas as diferenças históricas e de contexto de exploração, os territórios americanos e o Brasil foram narrados de maneira equivalente pela maquinaria colonial. O crítico de arte brasileiro, Mário Pedrosa (1957), de forma perspicaz apresenta-nos esse processo:

Eis por que, americanos e brasileiros, estamos como já tivemos ocasião de dizer, “condenados ao moderno”. O moderno vai sendo cada vez mais o nosso habitat natural. A América não era oásis entre desertos, era simplesmente nova: lugar onde tudo podia começar do começo. Os colonos ingleses que desembarcaram ao norte do continente o que encontraram em matéria de cultura não lhes pareceu digno de conservação. Fizeram, então, *tabula rasa*, e, assim, puderam transplantar, por assim dizer intatas suas formas culturais mais adiantadas, como se tratasse de uma transplantação para oásis. [...]

É dando segmento a esse raciocínio, trecho que aparece como epígrafe deste artigo, que o mesmo Pedrosa justificará o gesto propositivo de Lucio Costa quando assume a inexorabilidade da tábula rasa, aqui como um gesto cabralino, e o imaginário moderno no momento em que Cota enfrenta o desafio de propor Brasília. Esse mesmo imaginário reaparece em Abuja, seja no projeto de Lucio Costa para a nova capital ou nos esforços das autoridades nigerianas ao contratarem arquitetos de outras nacionalidades que para além do projeto da capital estivessem dispostos a construir



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

para a cidade, o simulacro de um país novo, unido, industrializado e moderno. A construção espetacular de ambas as cidades seria o instrumento, o meio para a superação de seus passados coloniais, de suas mazelas sociais, dos seus atrasos econômicos, da sua subalternização ou mesmo de seus conflitos étnicos e religiosos no caso do país africano. A tábula rasa, *modus operandi* da modernidade, seria então a maneira para se alcançar essas novas condições. Foi a partir da suplantação de suas condições passadas e pela instauração do novo, que a construção *ex nihilo* dessas cidades foi vista como possibilidade. A tabula rasa, por exemplo, figurou no pensamento de um dos mais importantes envolvidos nas lutas pelas independências e libertações dos países africanos, o psicanalista natural da Martinica, Frantz Fanon e aparece logo na primeira página do livro *Os Condenados da terra*, de 1961:

LIBERTAÇÃO NACIONAL, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, *Commonwealth*, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que a estudemos - encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das cocktails-parties, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados - a descolonização é simplesmente a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens. Sem transição, há substituição, total, completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de um novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica. Mas nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. Para dizer a verdade, a prova do êxito reside num panorama social transformado de alto a baixo. (FANON, 1997 [1961], p. 35)

Essas breves considerações, mais do que gerar conclusões encerradas em si, abrem-nos questionamentos e nos colocam diante do desafio da compreensão dos entrelaçamentos possíveis e das relações discursivas presentes na construção dessas duas cidades capitais federais. Ambas são cidades novas que são pensadas desde o princípio como simulacros de unidade nacional a partir de um imaginário moderno e da tábula rasa como horizonte de enunciação e *modus operandi*. De quais modos, mesmo após os processos de independência e descolonização, a reafirmação da tábula rasa e a suplantação do que foi considerado antigo ou indigno de preservação diante do que foi prospectado utopicamente como novo, não acabaram



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

por ratificar e atualizar vícios e lógicas coloniais? De quais maneiras ainda, podemos entrever em seus projetos e imaginários de nação, sementes germinativas de discursos autoritários que tomarão ambas as cidades como simulacro de poderio militar para o controle da maquinaria governamental? Como nos seria possível a compreensão da apropriação dessas cidades pelas juntas e ditaduras militares que encontraram nos seus projetos modernos o *locus* propício para a dominação e manutenção das desigualdades e conflitos dessas sociedades? Como entrever nos imaginários utópicos que gestaram os distintos projetos de modernidade pelo mundo, a possibilidade de existência incrustada de discursos mantenedores da maquinaria colonial? Como enfim declinar os projetos de construção de unidades nacionais tomando em conta os seus processos intrínsecos de neutralização, recalque e silenciamento?

REFERÊNCIAS:

ELLEH, Nnamdi. **Architecture and Politics in Nigeria: The Study of a Late Twentieth-Century Enlightenment-Inspired Modernism at Abuja, 1900–2016**. Londres: Routledge, 2016.

ELLEH, Nnamdi; EDELMAN, David. Exploiting public art, architecture and urban design for political power in Abuja: modernism and the use of christian, islamic and ancestral visual icons In.: **Current Urban Studies**, Vol. 1, No. 1-10, 2013. Disponível em: <https://file.scirp.org/pdf/CUS_2013032915525449.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1997.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília**. Cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IKOKU, Gommsu. The city as public space: Abuja – the capital city of Nigeria. In.: **Forum**, Vol.6, 2004. Disponível:< <https://research.ncl.ac.uk/forum/v6i1/ikoku.pdf>> Acesso em: 14 out. 2018.

JACQUES, P.B., LOPES, D. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. 2017 In.: MEDEIROS, A. P. et. al. (org.) **Atas [do] XII Encontro de**



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

história da arte: os silêncios na História da arte, 04 a 07 de dezembro, Campinas, SP. Campinas, SP : UNICAMP/IFCH/CHAA, 2018, p. 469-495

HOLSTON, James. **Cidade Modernista:** uma crítica de Brasília e sua utopia. (1993), 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: n-1 publicações, 2018

MORROCK, R. "Heritage of Strife: The Effects of Colonialist "Divide and Rule" Strategy upon the Colonized Peoples." In. **Science & Society**, Vol. 37, no. 2, p.129-151, 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40401707>>. Acesso em: 14 out. 2018.

MOSER, Benjamin. **Autoimperialismo.** Tradução: Eduardo Heck de Sá, 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016.

NUNES, B. F., **Brasília:** A fantasia corporificada, Brasília, Paralelo 15, 2004.

PEDROSA, Mario. Reflexões em torno de uma capital [1957], In.: WISNIK, Guilherme. (org.) **Mário Pedrosa:** Arquitetura, ensaios críticos, São Paulo: Cosac Naify. 2015.

SCHWARZ, Roberto. "Verdade tropical: um percurso de nosso tempo". In.: **Martinha versus Lucrecia.** Ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.